

EDITORIAL

Na condição de editora-chefe da "Perspectivas em Diálogo: revista de educação e sociedade" (PDRES), pelo curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) Campus de Naviraí (CPNV), juntamente com o Professor Doutor Aldenor da Silva Ferreira, editor-chefe pelo curso de Ciências Sociais, destaco que temos tentado melhorar a qualidade do periódico, sobretudo por meio de publicações internacionais, de dossiês temáticos, de um rigoroso respeito à periodização ininterruptas, entre outras iniciativas.

Dessa forma, pelo segundo ano seguido conseguimos disponibilizar o primeiro número de PDRES com antecedência, graças ao envolvimento, a competência e a confiança de todos/as os/as autores/es e consultores/as *ad hoc* que submeteram trabalhos e/ou contribuíram com o processo de avaliação às cegas. A todos/as vocês leitores/as, pesquisadores/as e avaliadores/as que, de forma direta ou indiretamente, contribuíram para este número fosse publicado, nosso muitíssimo obrigada e esperamos contar com essa parceria para as edições futuras.

Cabe ressaltar que estamos chegando próximo a uma década de existência, visto que este é o nono ano de PDRES e o décimo nono número publicado. E para esta primeira publicação de 2022 contamos com um total de 18 artigos científicos, sendo um deles da Rússia e o restante distribuídos entre todas as regiões do Brasil, a saber: Sul 6, Sudeste 5, Centro-Oeste 3, Nordeste 2 e Norte 1. Quanto aos/as autores/as, eles/as totalizam 48 pessoas que discutem diversas temáticas do campo da educação, tais como: relações de gênero, educação inclusiva, formação de professores, entre outras.

Ao fazer a opção por organizar a sequência dos textos a partir de temáticas afins, iniciamos por dois manuscritos que abordam questões de gênero, sendo um da Rússia e outro do Brasil. O artigo internacional intitula-se "*Estimation of the share of women in the number of students of higher educational institutions: data by regions of Russia*" e foi escrito pela professora e pesquisadora Iuliia Pinkovetskaia da Ulyanovsk da State University, na Rússia. O estudo, que objetivou avaliar os indicadores que caracterizam a estrutura de gênero de estudantes de instituições de ensino superior nas regiões da Rússia, evidenciou que a proporção de mulheres na população estudantil estava na faixa de 52% a 55%. Ao mesmo tempo, na maioria (68%) das regiões, o número de estudantes do sexo feminino excedeu o número de estudantes do sexo masculino. A autora considera que os resultados da pesquisa apresentam novidade científica, pois as características territoriais da estrutura de gênero dos jovens estudantes nas regiões da Rússia ainda não havia sido investigada anteriormente.

O artigo brasileiro, acerca das relações de gênero, é de Juliana Tomiko Ribeiro Aizawa da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Heloisa Maria Azevedo do Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) e



intitula-se “Maternidade e a evasão laboral: alguns aspectos da licença maternidade, salário maternidade e auxílio creche”. O objetivo da pesquisa foi apresentar os institutos legais nacionais vigentes – salário maternidade e licença maternidade – que asseguram o afastamento laboral das mães por um período determinado com pagamentos de salários. O estudo aponta, inclusive, quais seriam os benefícios aportados às mães (famílias) se o Projeto de Lei nº 3.508/2015 fosse aprovado e instituísse como Lei Ordinária o subsídio disposto em algumas Convenções Coletivas de Trabalho (CCT), caracterizado pelo auxílio-creche.

A creche e educação infantil são as discussões que predominaram no próximo bloco temático. Assim, as autoras Simone Carvalho de Oliveira e Eunice Nakamura, ambas da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, realizaram o estudo intitulado “Socialização e comunicação por meio de regras: adultos e crianças em relação, no contexto de uma creche em Santos – SP”. Mediante a observação de situações cotidianas de 15 crianças de Maternal II, em interação com a professora responsável, as autoras analisaram como os adultos moldam o comportamento e as formas de comunicação infantis com o uso de regras, assim como as concordâncias e transgressão das crianças durante esse processo. O estudo aponta para a necessidade de reconhecimento da atuação das crianças e da sua maneira peculiar de vivenciar a cultura, onde ela aprende e também ensina, transforma-se na interação com os adultos e seus pares, mas também é agente de transformação.

“A educação física legalizada na educação infantil em Cuiabá / MT: uma análise a partir da dança enquanto ferramenta pedagógica” foi a pesquisa realizada por Creverson Luam de Oliveira, da rede Pública Estadual de Mato Grosso, Cleonice Terezinha Fernandes da Universidade de Cuiabá (UNIC) e Rosilene Maria Tessari da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso. Com o objetivo de analisar as contribuições da educação física e seus conteúdos para o desenvolvimento da criança na educação infantil, na perspectiva da unidade temática dança, foi constatado que a dança é mais utilizada em representações de datas comemorativas. Contudo, destaca-se a necessidade de as atividades pedagógicas da educação física para a Educação Infantil se pautarem mais na relação entre ambiente, cultura e conhecimento, inserindo a dança também como suporte à aprendizagem infantil, na perspectiva da interação entre movimento e expressões corporais com o desenvolvimento cognitivo.

O último texto deste bloco temático, sobre a educação infantil, se intersecciona com o próximo bloco relativo à educação inclusiva, visto que o estudo se intitula “Concepções docentes sobre práticas pedagógicas inclusivas na educação infantil”. A pesquisa bibliográfica, tem como autores/as Ana Paula Almeida Ferreira, Jackson Ronie Sá-Silva, Marcia Raika e Silva Lima e Maritania dos Santos Padilha, todos/as da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). O objetivo foi analisar, a partir de pesquisas científicas brasileiras, as concepções docentes sobre práticas pedagógicas realizadas na educação infantil, tendo em vista o processo de inclusão das crianças, público-alvo da educação especial (PAEE). Os resultados demonstram que os docentes têm concepções favoráveis à inclusão e empenham-se no desenvolvimento de práticas pedagógicas

diversificadas com o propósito de contemplar a todos. Contudo, constatou-se a necessidade de formação continuada na área, apoio da equipe escolar, recursos humanos e materiais para que o processo educativo de inclusão escolar ocorra de maneira satisfatória.

Dando continuidade à perspectiva da educação inclusiva, que conta com mais dois estudos nesta área, destacamos a pesquisa de Sidney Lopes Sanchez Júnior da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Patrícia Ferreira Concato de Souza da Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio, Natany Dayani de Souza Assai da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Márcia Inês Schabarum Mikuska da UNOPAR. A pesquisa intitulada "Um estudo sobre a Síndrome de Down: implicações e desafios para inclusão escolar na educação infantil" teve o objetivo de analisar a percepção de três professores que atuam no ensino de crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil e discutir a importância da formação destes professores no processo de inclusão escolar. Os resultados apontaram para uma certa dificuldade dos professores no atendimento a crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil devido à falta de formação específica e capacitação para atuarem frente aos desafios da inclusão escolar.

"A Judicialização da Educação Inclusiva em Campos dos Goytacazes / RJ" é o título do artigo escrito por Júlia Passos Manzoli, Renata Maldonado da Silva e Luana Leal Ribeiro, todas da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). A investigação foi realizada a partir da análise bibliográfica e documental, na qual buscou-se contextualizar as legislações referentes à educação inclusiva no Brasil, tanto no âmbito constitucional quanto infraconstitucional. Foi percebido que, embora tenham aumentado os estudos sobre a temática nos últimos anos, não foi encontrado um estudo específico acerca do município de Campos dos Goytacazes sobre a judicialização da educação inclusiva. Os dados levantados no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro evidenciaram que o judiciário de Campos dos Goytacazes vem sendo chamado a atuar em casos pontuais, a fim de que sejam garantidas as condições de acesso ao direito à educação por parte do poder público.

Outro texto que, de certa forma, o tema está relacionado com a inclusão ou exclusão no contexto educativo, diz respeito ao *bullying*, que é cada vez mais frequente e precisa ser problematizado. Assim, as pesquisadoras Maria de Fátima Garcia e Nathany Moraes de Souza, ambas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), contribuem com o estudo "*Bullying* no ambiente escolar: um olhar a nossa volta", cujo objetivo consistiu em investigar a prática e as consequências do *bullying* no ambiente escolar em uma escola pública de ensino localizada no Estado do Rio Grande do Norte. Os resultados apontam que as vítimas de *bullying* na infância costumam demonstrar comprometimento dos rendimentos escolares, podendo surgir transtornos psíquicos na vida adulta em consequência desse tipo de violência.

O próximo eixo temático é composto por seis artigos que tratam da atuação docente, incluindo a saúde dos educadores, identidade e prática em diversas áreas do conhecimento. O primeiro deles intitula-se "Revisão sistemática de revisões da literatura sobre a síndrome de *burnout* em docentes

do ensino superior no Brasil” e foi escrito por Dartel Ferrari de Lima Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Lohran Anguera Lima da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, Adelar Aparecido Sampaio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Claus Dieter Stobaus da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). O estudo bibliográfico, que buscou analisar como os especialistas operacionalizam as revisões publicadas em periódicos focando a síndrome de *burnout*, evidenciou que a maior parte das revisões encontradas são voltadas a investigar professores da área da saúde e que as pesquisas geralmente apresentam assimetrias nos aspectos metodológicos, limitando sobremaneira a comparação direta dos resultados.

A “Felicidade e trabalho na percepção dos professores do ensino superior: revisão integrativa” foi o estudo realizado por Martha Eliana Waltermann, Maria Isabel Morgan Martins e Dóris Gedrat, sendo as três pesquisadoras da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Elas buscaram conhecer a influência do trabalho na percepção dos professores universitários sobre felicidade e sofrimento no trabalho e perceberam que o sofrimento e as doenças biopsicossociais foram apontados como as que mais geram impacto na qualidade de vida dos professores e nas organizações educacionais.

Ao considerar os futuros profissionais da educação, que se encontram em processo inicial de formação, Luiz Carlos Marinho de Araujo da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) apresenta o estudo “A construção da identidade didática dos licenciandos em Pedagogia de uma faculdade privada do interior baiano”. Por meio de um questionário diagnóstico efetivado na disciplina de “Didática: competências e habilidades docentes”, foi coletado os dados que possibilitaram significativas reflexões que contribuíram com a construção da identidade didática dos licenciandos em Pedagogia, de forma a superar a visão tecnicista de Didática que os alunos inicialmente apresentavam.

Tendo como foco o professor, mas com ênfase para o processo de desenvolvimento discente, Maria de Lourdes Ramos da Silva da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e Jonas Alves da Silva Junior da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) abordam sobre “O trabalho docente frente ao desenvolvimento cognitivo e socioafetivo discente”. O aspecto cognitivo se refere à construção dos diversos conhecimentos desenvolvidos com base nos conteúdos curriculares propostos e o aspecto socioafetivo refere-se aos fatores sociais e emocionais que interferem nos relacionamentos discentes e na aprendizagem. Por conseguinte, analisa-se o trabalho desenvolvido pelos docentes, acentuando-se o caráter interdisciplinar de cada função enquanto aspectos complementares do trabalho educativo, além de delinear os desafios e complexidades do fazer pedagógico frente à pandemia da Covid-19.

Com o artigo “Desafios do professor de Língua Portuguesa: um novo olhar para a leitura e escrita no ensino fundamental”, Lise Mary Ferreira Mendes e Wilciene Nunes do Vale, ambas do Instituto Federal Goiano (IFG), realizaram um levantamento bibliográfico sobre a temática e perceberam que a condução do processo aprendizado do aluno do Ensino Fundamental requer responsabilidade, a fim de que haja uma aprendizagem significativa. E para desenvolver um

trabalho eficaz, no que envolve a leitura e a escrita, o professor deve-se envolver de modo que as competências e habilidades sejam favoráveis ao pensamento apropriado de críticas e questionamentos.

O último artigo deste bloco temático, de autoria de Pedro Julio de Castro Filho da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e Eugênio Pacelli Nunes Brasil de Matos do Instituto Federal do Ceará (IFCE), intitula-se "A formação docente para a abordagem da educação ambiental nas escolas municipais da sede de Acaraú / Ceará". O objetivo da pesquisa foi analisar os aspectos de formação profissional dos docentes do ensino fundamental (6º ao 9º ano) das escolas municipais da sede de Acaraú-CE para se abordar os conceitos de educação ambiental. A partir do estudo realizado, os autores identificaram que a maior parte dos docentes não possui formação pedagógica voltada para a educação ambiental, o que reduz as estratégias, os recursos e as metodologias relacionadas com a temática, dificultando assim o trabalho realizado com os alunos.

O processo formativo foi o tema abordado por Felipe Santos, Edson Ronaldo Guarido Filho e Glauco Gomes Menezes, todos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), no artigo "Formação de Oficiais na Polícia Militar do Paraná: uma análise educacional". O objetivo da pesquisa foi analisar o processo de ensino dos cadetes que ingressam na Polícia Militar do Paraná com a intenção de atuar na atividade-fim da organização. Os autores perceberam que nos últimos anos ocorreram várias alterações no contexto da sociedade paraense que foram absorvidos pelos currículos escolares, os instrutores estão com graduações mais superiores, apesar da manutenção de preferência pela experiência profissional do instrutor. Evidenciou-se ainda que os candidatos possuem perfil diferente daqueles que ingressaram no começo do período analisado, em especial no que tange à formação acadêmica.

Outro estudo que aborda a formação universitária intitula-se "A curricularização da extensão: análise de uma experiência no curso superior de tecnologia em *Design* de Moda", de autoria de Letícia Cunico e Marizete Bortolanza Spessatto, ambas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). As pesquisadoras buscaram analisar uma experiência desenvolvida em uma unidade curricular do curso Superior de Tecnologia em *Design* de Moda do IFSC - Araranguá, a fim de contribuir com uma proposta de curricularização da extensão. Os resultados do trabalho e as vozes dos estudantes ouvidos enfatizam sobre a importância do tripé ensino, pesquisa e extensão para a formação profissional e cidadã dos sujeitos que passam pela educação superior.

O penúltimo artigo deste primeiro número de PDRES do ano de 2022, é de de três pesquisadoras da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), ou seja, Patrícia Peres Rodrigues, Cibele Roberta Sugahara e Bruna Angela Branchi, e do pesquisador Luciel Henrique de Oliveira da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG). O texto intitulado "Aplicação da teoria da mudança em uma Organização da Sociedade Civil" (OSC) tem como objetivo apresentar uma proposta de aplicação da Teoria da Mudança para o

programa Decola Beta da OSC Cientista Beta. Por meio de pesquisa documental e estudo de caso, apresenta-se, como resultados, um modelo de aplicação da Teoria da Mudança, que pode contribuir para que os gestores meçam os impactos alcançados pela organização, bem como reúnam dados para apresentação aos investidores, garantindo a sustentabilidade da OSC.

O último artigo deste número intitula-se “Abordagem teórico-reflexiva da estratégia de ensino 4E X 2 e sua interface com a Teoria Metacognitiva” e foi escrito por César Silva Xavier do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Mauricio Abreu Pinto Peixoto e Luciana Lima de Albuquerque da Veiga Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Katy Conceição Cataldo Muniz Domingues da Universidade Santa Úrsula (USU) e Universidade Estácio de Sá (UNESA). O objetivo da pesquisa foi apresentar e descrever a técnica 4E X 2 e relacionar seus procedimentos e constructos com a teoria e estratégias de ensino metacognitivo. Para a realização do estudo, foram verificadas as interfaces entre a estratégia e as componentes do conhecimento e do controle executivo autorregulador, assim como os procedimentos de aplicação apresentam-se compatíveis com as definições das funções das estratégias de ensino metacognitivo. Este estudo reforça a importância da aproximação da produção do contexto acadêmico com o ambiente escolar, onde o principal objetivo sempre será a reprodução possível destas teorias na prática do dia a dia do professor.

Para finalizar este editorial, ressaltamos que tem sido uma luta conseguir publicar os números da “Perspectivas em Diálogo: revista de educação e sociedade” em dia, mas seguimos firmes com este propósito em respeito a todas as pessoas que publicam, que leem e que são parceiras nesta incessante luta pela melhoria da qualidade da revista. Com esse intuito, disponibilizamos o décimo nono número de PDRES, com temáticas relevantes sobre a educação e a sociedade e esperamos contribuir para ampliar os conhecimentos científicos sobre esse campo de conhecimento.

Boa leitura!!!

Josiane Peres Gonçalves 

Editora-chefe de PDRES (2022)

Naviraí, 05 de janeiro de 2022

